

**FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO DE SÃO PAULO
FADISP**

Alexandrina Rosa Dias Pereira

**Os limites jurídicos da súmula impeditiva de recursos face os
princípios do acesso à justiça e do devido processo legal**

MESTRADO EM DIREITO

**São Paulo
2008**

**FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO DE SÃO PAULO
FADISP**

Alexandrina Rosa Dias Pereira

**Os limites jurídicos da súmula impeditiva de recursos face os
princípios do acesso à justiça e do devido processo legal**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP), sob a orientação do Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira.

MESTRADO EM DIREITO

São Paulo

2008

Pereira, Alexandrina Rosa Dias

Os limites jurídicos da súmula Impeditiva de recursos face os princípios do acesso à Justiça e do devido processo legal / Alexandrina Rosa Dias Pereira – 2008. 171 f.

Orientador: Prof. Doutor Vladimir Oliveira da Silveira
Dissertação (mestrado) – Faculdade Autônoma de Direito - FADISP.

1. Súmula Vinculante. 2. Súmula Impeditiva de Recursos. 3. Jurisdição. 4. Princípio do Acesso à Justiça. 5. Princípio do Devido Processo Legal.

Banca Examinadora

Ao **meu marido Carlos**, pela paciência, carinho, amor e companheirismo em todos os momentos;

Aos meus filhos, **Guilherme e Carolina**, pela compreensão do tempo que lhes foi roubado em prol deste sonho;

À **minha mãe Regina**, sempre meiga e carinhosa, e ao **meu saudoso pai Siorcidio**, homem íntegro e correto, queridos, que com seus ensinamentos e atitudes, fizeram com que eu perseverasse.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus** pela inteligência e saúde que permitiu a realização deste trabalho.

Ao **Professor Doutor Vladimir Oliveira da Silveira**, meu orientador, pela disponibilidade e atenção em todas as ocasiões.

A **Professora Doutora Thereza Celina Diniz Arruda Alvim** pelo incentivo para a conclusão deste trabalho.

A **todos os professores, funcionários e colegas do mestrado**, pelo apoio e contribuição para o desenvolvimento dessa dissertação.

Ao **Banco Nossa Caixa** pelo incentivo em todos os sentidos.

Aos colegas do **Banco Nossa Caixa**, pela colaboração no desempenho de minhas atividades profissionais.

A **todas as pessoas** que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa dissertação de mestrado.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 contém dispositivos que objetivam dar guarida ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em decorrência, várias modificações ocorreram no sistema jurídico brasileiro, no aspecto processual e também na estrutura do Poder Judiciário, das quais as mais relevantes constam do texto da Emenda Constitucional nº 45, como forma de garantir o acesso à justiça, quer dizer, não só o acesso ao Poder Judiciário, mas a entrega em tempo razoável da prestação jurisdicional. Esta prestação jurisdicional, atribuição do Poder Judiciário, deve ser célere e desta forma garantir a efetividade da decisão. Com tal intenção, alteração importante feita pela Emenda Constitucional nº 45 advém do instituto da súmula vinculante, que pretende diminuir o número de processos judiciais em andamento, e que podem ser editadas, obedecendo a determinados requisitos e quando há decisões judiciais reiteradas sobre a matéria emitida pelo Supremo Tribunal Federal. Na busca da celeridade, inovação decorrente de lei ordinária: a Súmula Impeditiva de Recursos, que pretende obstaculizar o processamento de recursos de apelação quando a decisão recorrida estiver em consonância com súmulas, ainda que não vinculantes, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Como foco de nosso trabalho, verifica-se se esse impedimento de processamento e a consequência do não conhecimento do recurso de apelação atende aos demais princípios e normas constitucionais e se não colide com cláusulas pétreas, mesmo diante do princípio da razoabilidade. O acesso à justiça deve ser garantido, mas jamais poderá ser por intermédio de norma que afronte a Constituição Federal e os princípios ali contidos, sob pena de caracterizar-se como uma norma inconstitucional. Não havendo declaração de inconstitucionalidade, a norma está a produzir efeitos e será analisada neste trabalho a forma pela qual poderá ser discutida a manutenção de sua aplicabilidade. Ao final deste estudo restará demonstrado que o Estado Democrático de Direito há de ser preservado e que devem ser adotados meios, sempre observando o contexto constitucional, para haver uma distribuição efetiva e eficaz de justiça.

Palavras-chave: Súmula Vinculante. Súmula Impeditiva de Recursos. Jurisdição. Princípio do Acesso à Justiça. Princípio do Devido Processo Legal.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 contains devices that aim to give asylum to the principle of human dignity. As a result, several changes occurred in the Brazilian legal system, the procedural aspect and also in the structure of the Judiciary, of which the most relevant in the text of the constitutional amendment nº 45, as a way of ensuring access to justice, that is not only access to the judiciary but to surrender in court reasonable time of delivery. This jurisdictional provision, allocation of the Judiciary, must be swift and thus ensure the effectiveness of the decision. With this intention, major change made by Constitutional Amendment nº 45 is the Brazilian Stare Decisis, which aims to reduce the number of court cases in progress, and that can be edited, according to certain requirements and when there are repeated court rulings on the subject issued by Supremo Tribunal Federal. In the quest for speed, innovation arising from ordinary law: Impeditive compendium resource, to avoid the processing resources of appeal when the decision is in line with overviews, while not binding, the Superior Tribunal de Justiça and the Supremo Tribunal Federal. As the focus of our subject, there is this impediment is the result of processing and no need to resort to appeal to other principles and meets constitutional requirements and that does not conflict with immutable clauses, even before the principle of access to justice should reasonable. The access to justice can never be guaranteed through standard to confront the Federal Constitution and the principles contained therein, under penalty of characterizing itself as an unconstitutional rule. If there is no declaration of unconstitutionality, the norm is to take effect and will be examined in this study the way how can be discussed by the maintenance of their applicability. At the end of this study demonstrated that left the democratic rule of law must be preserved and which should be adopted means, always observing the constitutional context, to be an effective and efficient distribution of justice.

Keywords: Brazilian Stare Decisis. Impeditive compendium resource. Jurisdiction. Principle of Access to Justice. Principle of due process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ	13
1.1 OS PRESSUPOSTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - PROMESSAS DE MODERNIDADE	13
1.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO CIVIL	15
1.2.1 Princípio do Acesso à Justiça	16
1.2.2 Princípio do Devido Processo Legal	18
1.2.3 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa	21
1.3 NOVAS GARANTIAS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS	22
1.3.1 Mandado de Injunção, Mandado de Segurança Coletivo e <i>Habeas Data</i>	23
1.4 REFORMAS CONSTITUCIONAIS. AS REFORMAS PROCESSUAIS E O ACESSO À JUSTIÇA.....	25
2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL	31
2.1 FUNÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL	31
2.2 ANÁLISE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL PERANTE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	33
2.3 AS REFORMAS E A NECESSIDADE DE DESBUROCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	36
3. DAS REFORMAS PROCESSUAIS PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	40
3.1 MOTIVAÇÃO DAS REFORMAS ELABORADAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	40
3.2 EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA REFORMA PROCESSUAL DE 2006	43
3.3 ANÁLISE DA EFETIVIDADE E RESULTADO DA ÚLTIMA REFORMA	45
4. DAS SÚMULAS	46
4.1 BREVE HISTÓRICO.....	46
4.2 A SÚMULA NO DIREITO COMPARADO	48
4.3 A SÚMULA NO BRASIL	53
4.4 OS TIPOS DE SÚMULAS.....	58

5. A SÚMULA NA ORDEM CONSTITUCIONAL	65
5.1 NATUREZA JURÍDICA.....	65
5.2 A SÚMULA E O PODER CONSTITUINTE - ORIGINÁRIO, DERIVADO E REFORMADOR.....	67
5.2.1 Poder Constituinte Originário	70
5.2.2 Poder Constituinte Derivado	72
5.2.3 Do Poder Reformador	75
5.2.4 Da Inclusão da Súmula no Texto Constitucional	82
5.3 A CELERIDADE PROCESSUAL E A EMENDA Nº 45/04	83
5.4 DA SÚMULA E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 DE 2004.....	86
5.5 DA APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS SÚMULAS	95
6. A SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSO	104
6.1 DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	104
6.1.1 Do Duplo Grau de Jurisdição. Garantia Constitucional	105
6.1.2 Das Condições de Admissibilidade dos Recursos	107
6.2 HISTÓRICO LEGISLATIVO DA SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSOS ...	108
6.3 INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA IMPEDITIVA.....	112
6.4 PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSOS	115
6.4.1 Coincidência da Tese Sumulada com a Decisão Recorrida. <i>Ratio Decidendi</i>	116
6.4.2 Aplicabilidade da Súmula Impeditiva de Recursos	118
6.5 RECURSOS PROCESSUAIS CABÍVEIS	122
6.5.1 Agravo de Instrumento	123
6.5.2 Embargos de Declaração	124
6.6 JURISPRUDÊNCIA	125
CONCLUSÃO	127
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	142
Anexo A - Convenção Americana de Direitos Humanos	143
Anexo B - Convenção Européia de Direitos Humanos.....	156
Anexo C - Matéria publicada no jornal DCI, de 21 de dezembro de 2007.....	166